



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 54000.122640/2024-84

Unidade Gestora: Divisão Operacional. SR(12)MA-O

1. DO RECONHECIMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

1.1. A Divisão Operacional - SR(MA)O, **RECONHECE** a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, com fulcro no art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, conforme **Estudo Técnico Preliminar nº. 08/2024 - STFC (SEI nº 22108971)**.

1.2. **Do Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC), modalidade local e longa distância nacional, tráfego fixo—fixo e fixo-móvel, visando atender a demanda da Superintendência Regional do INCRA no Maranhão—SR(MA) e das Unidades Avançadas de Barra do Corda, Imperatriz e Zé Doca.

1.3. A contratação foi **registrada e publicada** no Portal de Compras, na situação de Dispensa de Licitação nº 9.0007/2024, com amparo na legislação supracitada, conforme **Extrato de Publicação de Dispensa (ComprasNet e PNCP) (SEI nº 22256070)**.

1.4. No dia 06/11/2024 foi realizada a sessão de lances, durando 08 (oito) horas, iniciando às 09:00 hs e finalizando às 15:00, nos termos do **Aviso de Dispensa Eletrônica 1 (SEI nº 22172015)** e **Extrato de Publicação de Dispensa (ComprasNet e PNCP) (SEI nº 22256070)**. Sessão esta, cuja Ata de realização será gerada após a adjudicação e homologação.

2. DOCUMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA DISPENSA

INSTRUÇÃO PROCESSUAL DA DISPENSA (Artigo 72, caput, da Lei nº 14.133/2021)	DOC SEI.	OBSERVAÇÕES
I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;	21920819 22108971 21927831 22224819	
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;	21974800 22086711 22108971	
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;	22108634	Orientação AGU nº 69/2021 (22108634)

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;	22224643 22297554	
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;	22286953 22286962 22286970	
VI - razão da escolha do contratado;	22298605 22304974	
VII - justificativa de preço;	21974800 22086711 22108971	
VIII - autorização da autoridade competente.	22224643	

2.1. Convém salientar ainda que consta do autos a **Lista de Verificação (CheckList) SR(MA)O (SEI nº 22311413)** onde seguimos o modelo da AGU para este tipo de contratação.

3. DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. **Justificativa e razão da escolha do fornecedor :**

3.2. **Base Legal:** art. 72, caput, c/c/ art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

"Art. 75 É dispensável a licitação: (...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

(...)"

3.3. Contratada: **DUO TELECOM LTDA.**

3.4. Valor Total da Contratação: **R\$ 14.272,43 (quatorze mil duzentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos).**

3.5. Justificativa da escolha do fornecedor: A empresa citada no item "3.3" apresentou a melhor proposta para todos os 10 (dez) itens (valores unitário / global) e , conforme pode ser verificado na **Proposta de Preços (DUO TELECOM) (SEI nº22287817)** e **Lista de Itens (Julgados e Homologados) (13370426)**;

3.6. Diante das informações apresentadas, o Superintendente Regional **RATIFICA** a situação de DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 72, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c art. 75, II, do mesmo diploma legal, conforme especificações e condicionamentos do **Aviso de Dispensa Eletrônica 1 (SEI nº22172015)**, **Termo de Referência SR(MA)O (SEI nº22224819)**, e **AUTORIZA** a contratação com fulcro no Decreto nº 10.193/2019, dos serviços, prestados pela empresa **DUO TELECOM LTDA.**

3.7. Objetivando à exequibilidade deste Ato composto, com vistas a torná-lo apto e disponível para produzir seus regulares efeitos, o mesmo é assinado pelas autoridades que procederam ao reconhecimento e à ratificação acima.

4. DA COMPETÊNCIA PARA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA

4.1. Competência conferida ao Gestor Máximo do órgão, no caso o Superintendente Regional, conforme Regimento Interno do INCRA, PORTARIA Nº 2.541, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 segue transcrição abaixo, grifamos:

Art. 112. Aos Superintendentes Regionais incumbe:

(...)

5. DA PUBLICAÇÃO:

5.0.1. De acordo com a Orientação Normativa 85/2024, AGU, "nas contratações diretas, a divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma dos artigos 94, inc. II, e 174 da Lei nº 14.133, de 2021, supre a exigência de publicidade prevista no artigo 72, p. único, do mesmo diploma."

5.0.2. Portanto, não se torna obrigatória a publicação no Diário Oficial da União, ficando a critério dos responsáveis pela contratação, a sua publicação ou não. Sendo suficiente para dar transparência à avença, sua disponibilização no Portal Nacional de Compras Nacionais.

6. DA ANÁLISE JURÍDICA

6.1. Sobre o mesmo tema citamos a Orientação AGU nº 69/2021 (12810257):

"NÃO É OBRIGATÓRIA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTO NO ART. 75, I OU II, E § 3º DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, SALVO SE HOUVER CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E ESTE NÃO PADRONIZADO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO, OU NAS HIPÓTESES EM QUE O ADMINISTRADOR TENHA SUSCITADO DÚVIDA A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. APLICA-SE O MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS FUNDADA NO ART. 74, DA LEI Nº 14.133, DE 2021, DESDE QUE SEUS VALORES NÃO ULTRAPASSEM OS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART. 75, DA LEI Nº 14.133, DE 2021. Referência: art. 5º, art. 53, §§ 3º, 4º e 5º, art. 72, inciso III, e art. 95, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Parecer nº 00009/2021/CNLCA/CGU/AGU; Despacho nº 475/2021/DECOR/CGU/AGU, Despacho nº 598/2021/GAB/CGU/AGU."

7. DOS ENCAMINHAMENTOS

7.1. Encaminhe-se o presente documento para **RATIFICAÇÃO** pela Superintendência Regional, nos termos do art. 72, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c art. 75, II, do mesmo diploma legal.

(assinado eletronicamente)

ANA CAROLINA COSTA QUADROS REIS SOUSA
Chefe da Div. Operacional
Portaria INCRA/P/ nº 315/2024

de Acordo,

(assinado eletronicamente)

Levi Pinho Alves
Ordenador de Despesas
Portaria MAPA/ nº 134/2022



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Quadros Costa Reis Sousa, Chefe de Divisão**, em 08/11/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Levi Pinho Alves, Superintendente Substituto**, em 08/11/2024, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22298278** e o código CRC **15C30C63**.
